

## MR-8 (MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO): A ORIGEM DA SIGLA

Salvador, - 2008

FERNANDO FREITAS DE SOUZA

## MR-8(MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO): A ORIGEM DA SIGLA

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica do Salvador como Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História Bacharelado para obtenção do título de bacharel, sob a orientação da Professora Ialmar Leocádia Vianna.

Salvador - 2008

“Hasta lá Victória siempre”!

“Che” Guevara

Dedico este trabalho a um camarada que dedicou toda sua vida à Revolução e continua vivo na memória dos que acreditam nela.

Ernesto de la Serna.

## AGRADECIMENTOS

No processo em que fui inserido há 28 anos, chamado vida, por meus pais, pude compreender a importância do desenvolvimento cognitivo. Apesar de todo mundo me dizer: “estude menino, pois quem não estuda não consegue nada”, eu só fui compreender a importância do estudo um pouco mais tarde, talvez na 7ª série, depois de perder dois anos na 6ª. No Colégio 2 de Julho, as brincadeiras e as paqueras sempre estiveram em primeiro plano; lá, que me desculpem meus professores, não dei muita atenção aos assuntos curriculares. Todavia, sempre soube respeitar o profissional, pois tive uma boa educação caseira. Como eu ia dizendo, foi na 7ª série, em uma aula de História, ministrada pelo professor Carlos Felix, que despertei para o mundo escolar. Era uma aula de Iluminismo. A partir daquele dia comecei a estudar e não parei nunca mais. Decidi que ia ser professor de História e falar sobre revolução para meus alunos.

Lembro-me ainda do meu primeiro dia naquele lugar de onde eu nunca mais sairia. Chorando, para não dizer aos berros, fui conduzido por minha mãe para o ambiente mais socializador construído pelos seres humanos — a sala de aula. Hoje, nela, estou a um passo de concluir mais uma importante etapa da minha vida.

Muitos foram aqueles que me ajudaram a chegar até aqui e a eles gostaria de prestar meus agradecimentos. Agradeço em primeiro lugar a Deus e a minha mãe, que sempre estiveram comigo nessa trajetória de felicidade e aprendizados. Minha mãe, tão incrível e maravilhosa, é a verdadeira responsável pela realização desse sonho que se torna realidade. Aos meus queridos, professores, que não foram poucos, desde pró Eleonora da 1ª série, passando por Denise da 3ª, Felix da 7ª, Gildásio Campos da Academia MVP de basquete, Ricardo Carvalho e Yomar do 3º ano, Afonso Floresce, Fábio Paes, Franklin Jr. e Ialmar Vianna da UCSAL. Esta última em especial, pois acreditou em mim e na minha proposta de trabalho e sempre me orientou fazendo-me pensar e elucidar na trajetória desta pesquisa. Á Lena de Lena – minha diretora querida –, que acreditou no meu potencial como educador e me acolheu em sua escola.. Aos meus amigos, Pito, Boquinha, Loro Doido, Tuty, Big , Xeu, Minho e outros tantos que são fundamentais em minha vida. À minha companheira Carla, por me ensinar o que é o amor. Aos meus familiares, tias, tios avós e primos. À matriarca Hilda, muito obrigado por tudo. Ela era incrível! E a meu Pai, que foi, literalmente, a fonte desta obra.

Descobrir que meu pai foi um guerrilheiro, ou talvez um guerreiro do povo, não foi algo fácil. Eu, que sempre acreditei nas transformações sociais a partir das revoluções, tive que encarar a idéia de que meu pai foi um revolucionário, ou, pelo menos, tentou ser. Isso mexeu muito com meu emocional, não sei explicar o porquê, mas passei dois anos sem querer tocar no material referente a este trabalho. Só agora criei coragem para terminá-lo, ou melhor apresentá-lo. Dentro daquilo que tenho como valores, acredito na reivindicação do que seja transformador e distante da inércia. A revolução ocorre dentro de nós, mas só a partir do momento que nos interrogamos e nos conhecemos; só assim poderemos transformar o que esteja errado. Aquilo que acreditamos deve ser levado à tona, quando realmente estivermos prontos, digo, nos sentirmos cientes de que algo em prol da melhoria do coletivo deve ser feito, mesmo que para isso seja preciso arriscar a própria vida. Meu pai obrigado por tudo o que tentou fazer por mim e pelo Estado Nacional.

Ao meu avô, Otacílio, que tanto lutou por este país e por esta nação.

A todos digo que hoje me sinto mais completo, não porque terei um diploma de Bacharel, mas sim porque tenho em mim um conhecimento concreto, adquirido nos inúmeros debates travados nas salas desta Universidade e nas rodas interdisciplinares do Jambreiro.

Acredito na formação integral do ser – o corpo e a mente devem servir como equilíbrio das emoções. A atividade física, ligada à intelectual, é a base das ações e reações do sujeito-objeto no cotidiano. Obrigado a todos que passaram por mim e contribuíram com a minha formação sóciocognitiva.

## SUMÁRIO

· Introdução-----	07
· 1.Os Grupos de 11 e o Golpe de 31 de Março de 64-----	12
· 2.Do Movimento estudantil à Luta Armada-----	20

· 3.Memórias do Cárcere-----	34
· Conclusão-----	38
· Referências -----	41
· Anexos-----	43

## INTRODUÇÃO

Este trabalho começou a ser elaborado no início do ano de 2004, quando fui ao Rio de Janeiro para o ENEH – UFF (Encontro Nacional dos Estudantes de História – Universidade Federal Fluminense). Lá fui procurar Mauro Fernando de Souza, meu pai, que já não via há nove anos. Através dele, pude adquirir informações inéditas sobre sua passagem pelo período da Ditadura Militar no Brasil, consegui esclarecer dúvidas sobre o Major Otacílio Afonso de Souza, meu avô, veterano do primeiro escalão da FEB (Força Expedicionária Brasileira) na Segunda Guerra Mundial. Nacionalista, getulista, meu avô foi ativo combatente revolucionário, juntamente com o tenente Juracy Magalhães, no levante da Revolução de 1930, na Paraíba, e componente e comandante do “Grupo dos Onze” sediado no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro em 1963-64, exercendo, assim, uma forte influência nacionalista na formação do meu pai. Em minha visita ao Rio, consegui também documentos sobre a vida de Mauro, referentes à sua passagem pelo Regime Militar, contidos nos órgãos de informações, tais como: CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), DOI-CODI(Departamento de Operações Interna e Centro de Informações e Departamento de Informações) e DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) sob a Coordenação e centralização do SNI (Serviço Nacional de Informação). Esses documentos foram requeridos por Mauro na ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) – antigo SNI (Serviço Nacional de Informação) – e passado a mim, em mãos, pelo próprio Mauro. São documentos que relatam as ações dele durante os anos de 1965 a 1980.

Pretendi investigar a passagem da vida de Mauro Fernando de Souza pelo Regime Militar (1964-1985), na tentativa de descrever sua participação no “Grupo dos 11”, suas ações no movimento estudantil, sua investida na luta armada e sua permanência no cárcere. Quis investigar, entender e relatar as práticas adotadas por aquele que foi possivelmente o criador da sigla MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro).

A partir dos depoimentos de Mauro Fernando de Souza, das documentações emitidas pelos órgãos oficiais de repressão e da análise das fontes primárias (revistas, jornais) e secundárias (livros, artigos etc.), percebi que poderia desenvolver um trabalho investigativo e sério sobre o foco guerrilheiro implantado na região de Cascavel, no Paraná, com a participação de Mauro Fernando e demais companheiros entre os anos de 1968 e 1969. Percebi também que poderia tentar esclarecer as técnicas de guerrilhas guevarianas adotadas pelo grupo, reconstruir suas

práticas, os espaços de ação, examinar o modo de apropriação da logística e identificar as bases teóricas (Régis Debray: Nascido em 1940, na França, foi um intelectual, jornalista e professor. Esteve com Che Guevara na Bolívia onde foi preso em 1967 e condenado a trinta anos de prisão, solto em 1970 se exilou no Chile onde escreveu “O Chileno Revolucionário 1972”, após entrevista com Salvador Allende. A sua obra “Revolução na Revolução” de 1967, serviu como um manual de guerrilha.), que culminaram em ações práticas contra o poder dos militares no Brasil. E, percebi, após esses estudos, que poderia ainda levantar uma crítica ao modelo de luta puramente copiado da Revolução Cubana e não adaptado às nossas realidades (Brasil) geográficas e socioeconômicas.

Num breve histórico, o MR-8 se forma em Niterói, sendo constituído por diversos “camaradas” oriundos do PCB e outras tendências. Inicialmente era denominado como OPM (Organização Político-Militar).

Tarei no conteúdo desta investigação a afirmação de Mauro de que ele foi o primeiro a lançar a sigla MR-8 e se autodeterminar “continuador” da obra do Ernesto “Che” Guevara. A escolha da sigla se deu em uma reunião noite afora, no sítio Boipiquá, tendo sido consenso de todos os companheiros do grupo. Assim esclarece Mauro: “A Revolução Cubana era nosso ponto de partida fundamentando-se nos princípios de Guevara, mas principalmente nos conceitos teóricos de Régis Debray, em sua “Revolução na Revolução”. A partir daí estávamos convencidos da montagem dos focos que desencadeariam uma luta maior”.

Estão também apresentadas neste trabalho as disputas ideológicas dentro do movimento esquerdista no Brasil – segundo a visão do depoente e em diálogo com fontes secundárias – e o relato sobre os acontecimentos na prisão de Ilha Grande, quando os presos políticos foram misturados aos presos comuns.

Mauro Fernando de Souza nasceu em Natal/RN, em 06 de dezembro de 1942. É filho de militar nacionalista, tem dois filhos (frutos de dois casamentos) e hoje mora em uma favela do Rio de Janeiro. Foi militar, bancário, topógrafo, estudante de economia e viveu intensamente a tentativa de tomada do poder das mãos dos militares durante o Regime. Nacionalista convicto, Mauro, defende a idéia de que o único culpado para a situação na qual o país vive hoje é o corrupto Estado Nacional Brasileiro.

Não podemos confundir nacionalismo com fascismo, pois os nacionalistas estavam tanto na esquerda quanto na direita. É muito comum associar nacionalismo a fascismo; todavia, como exemplo prático, posso citar as disputas entre ANL (Aliança Nacional Libertadora) e AIB (Ação Integralista Brasileira) durante a década de 1930. O primeiro movimento, ANL, teve como

presidente de honra Luiz Carlos Prestes e não se restringia às propostas do Partido Comunista, o que mostra o caráter de frente ampla do movimento. Seu programa tinha como base a nacionalização das indústrias, a manutenção de um Estado forte e o combate ao fascismo. Ao examinarmos a atuação da ANL e da AIB, algo que não será aprofundado neste trabalho, podemos perceber que os movimentos sempre foram ativos dentro das Forças Armadas. (MORAES, Denis de & VIANA, Francisco. Pestes: lutas e autocríticas. p. 68-9.). Assim, tanto os aliancistas quanto os integralistas apresentavam propostas nacionalistas.

Ainda afirmo que tanto meu pai quanto meu avô eram nacionalista, sendo que um de esquerda e outro de direita, respectivamente.

A questão metodológica

A investigação histórica tem ampliado seus campos e especialidades, principalmente a partir da década de 1970, em diálogo com paradigmas estabelecidos entre correntes historiográficas de caráter racionalista e estruturalista.

A história nova e o marxismo, em meio aos debates travados pelos acadêmicos, vêm trazendo contribuições indispensáveis e irreversíveis para a historiografia. É sensato concordar com Ronaldo Vaifans, quando conclui o texto de Ciro Flamarion Cardoso – História dos Paradigmas Rivais – dizendo que micro e macro história podem andar juntas na estrada da construção da pesquisa histórica. A isso acrescento que fazer história é estar atento às brechas deixadas por outros historiadores. É no diálogo com as fontes que encontramos nosso caminho. (CARDOSO, Ciro Flamarion S. Uma Introdução à História, cap. O Método Científico em História. Brasiliense S.A – SP -1981).

Como historiador, tenho o papel de estar em constante busca da verdade sobre os fatos históricos. Não sigo nenhuma cartilha; sou apenas um investigador em busca do concreto.

Apesar dos métodos e das técnicas de investigações aperfeiçoadas, os historiadores não só julgam e interpretam as mesmas questões e os mesmos acontecimentos em termos diferentes, mas ainda selecionam e até mesmo percebem e apresentam diferentemente os fatos. Este modelo propõe uma relação cognitiva na qual tanto o sujeito como o objeto mantêm a sua existência objetiva e real, ao mesmo tempo em que atuam um sobre o outro. (PILAR, Maria de Araújo Vieira. 1985)

É evidente que a escolha de um dos modelos implica conseqüências importantes para toda a nossa atitude científica, em particular para a nossa consecução da verdade.

Essas noções de totalidade, de cultura, nos levam a situar a história como um campo de possibilidades. Imaginemos que a história é a experiência humana e que esta experiência, por ser contraditória, não tem sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Dessa forma, fazer história como conhecimento e como vivência é recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender por que o processo tomou um dado rumo e não outro; significa resgatar as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras.

Ao se pensar o processo com essa preocupação abandona-se a idéia de sua direção única e inevitável. (PILAR, Maria de Araújo Vieira. A Pesquisa em História 1985. pp11).

Devo, portanto, reiterar que o trabalho monográfico defendido por mim não seguirá um único modelo metodológico, pois abraça tanto a nova história quanto o materialismo histórico dialético. Acredito que o socialismo é uma utopia e que essa coisa de burguesia versus proletariado não existe, nem mesmo o socialismo "real" do leste europeu, ou de qualquer parte do mundo, ocorreu a partir dessa realidade. Mas as contribuições do materialismo dialético e da nova história foram e continuam sendo indispensáveis para os debates acadêmicos e para a construção do cognitivo. O historiador tem o papel de buscar os vestígios produzidos pelos acontecimentos históricos, a fim de tentar explicá-los, ou melhor, apresentar uma possível explicação entre infinitas soluções possíveis para o fato, compor as lacunas, as brechas deixadas por outros pesquisadores e se debruçar nos documentos. Entendo assim o papel do investigador social, ou seja, do historiador.

## Capítulo 01: OS GRUPOS DOS 11 E GOLPE DE 31 DE MARÇO

Desde 1963, Leonel Brizola, então deputado federal eleito pelo extinto Estado da Guanabara, já anunciava na rádio Mairinck Veiga a eminência de golpe de Estado liderado pelas forças golpistas de tendências direitistas. Sucessivamente, em 19 e 25 de outubro, Brizola fez inflamados pronunciamentos à nação, através dos microfones de uma cadeia de estações de rádio liderada pela Mairinck Veiga que detinha, na época, o maior percentual de ouvintes das classes média e baixa. Nesses pronunciamentos, conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o "Exército Popular de Libertação" (EPL). Comparou esses grupos com equipes de futebol e os 11 "jogadores" seriam os "tijolos" para "construir o nosso edifício". Estavam lançados os "Grupos dos Onze" (G-11) que, para Brizola, constituir-se-iam nos núcleos de seu futuro exército, o EPL.

Os G-11 seriam a "vanguarda avançada do Movimento Revolucionário", a exemplo da "Guarda Vermelha" da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética". Os integrantes dos G-11 deveriam considerar-se em "Revolução Permanente e Ostensiva" e seus ensinamentos deveriam ser colhidos nas "Revoluções Populares", nas "Frentes de Libertação Nacional" e no "folheto cubano" sobre a técnica de guerrilhas.

“Eu mesmo fui um grande articulador disso tudo aí, convocava elementos para formar as colunas nas Laranjeiras (bairro da zona sul do Rio de Janeiro), onde eu acredito ter havido cerca de trinta grupos” (Mauro Fernando em depoimento, 2008 Ssa).

No início de 1964, Brizola lançou seu próprio semanário, "O Panfleto", que veio se integrar à campanha agitativa já desenvolvida pela cadeia da Rádio Mairink Veiga. Em outras ocasiões, distribuiu diversos outros documentos para a organização dos G-11, tais como as "Precauções", os "Deveres dos Membros", os "Deveres dos Dirigentes", um "Código de Segurança" e fichas de inscrição para seus integrantes. Chegou a organizar 5.304 grupos, num total de 58.344 pessoas, distribuídas, particularmente, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Para Brizola, a revolução estava madura, pronta para ser desencadeada. Só faltava algum simples episódio que inflamasse o povo e que fizesse proliferar os Grupos dos Onze, provocando o surgimento do "Exército Popular de Libertação".

Em dezembro de 1963, o POR(T) Partido Operário Revolucionário (Trotskista) realizou o congresso nacional, com cerca de quarenta delegados procedentes de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba. J. Posadas compareceu ao congresso e chamou a atenção para a força do nacionalismo brasileiro, do qual Brizola era a expressão exponencial. A partir daí um membro da direção nacional do partido trotskista, Sidney Fix Marques dos Santos (desde 1976 na lista de desaparecidos na Argentina) passou a tomar parte na frente de mobilização popular (FMP) enquanto os militares trotskistas se aproximavam do brizolismo e tentavam penetrar nas camadas médias. (GORENDER, Jacob. Combates nas Trevas; A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática 1987pp35).

É coerente apresentar um rápido panorama político da conjuntura em questão. As forças esquerdistas e direitistas se enfrentavam pela disputa do poder em todo o globo. Era a chamada Guerra Fria, decorrente da vitória dos EUA e da URSS na Segunda Grande Guerra. No Brasil não foi diferente; aqui o Presidente João Goulart já havia entendido o recado em 1961, quando enfrentou a implantação do parlamentarismo, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Quando isso aconteceu, Jango estava na China comunista de Mão Tse Tung, tentando uma possível aproximação econômica. Ele era vice-presidente eleito pela coligação PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSB (Partido Social Democrata) e tinha direitos constitucionais para assumir a presidência da República. As forças golpistas, no entanto, estavam articuladas e fizeram implantar o segundo parlamentarismo de nossa história. Após a convocação de um plebiscito nacional e da vitória, nas urnas, do presidencialismo, Jango pôde tomar posse. Foi, entretanto, impedido pelos militares de terminar seu mandato. As tendências esquerdistas de João Goulart não agradaram o imperialismo norte-americano. Desde quando era ministro do Trabalho de Getúlio (1951-54), Jango acalentava idéias consideradas socialistas demais. Os treze dias seguintes à renúncia de Jânio Quadros foram cheios de tensão e uma junta militar ministerial governou o país. Jango, todavia, contava com um poderoso aliado – Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, seu cunhado, casado

com Neusa, sua irmã. Munido de seu forte poder de comunicação, em 26 de agosto de 1961, ao falar da Rádio Guaíba de Porto Alegre, Brizola deu início a um dos maiores movimentos populares da história – a Campanha da Legalidade. Apoiado pelo comandante do poderoso 3º exército, General Machado Lopes, que tal qual o Marechal Lote eram absolutos cumpridores da constituição, deu como resposta aos golpistas que a constituição seria exercida. Segundo informações de Mauro, “por cento e quatro emissoras de rádio de vários Estados, Brizola convocava as forças democráticas para agir a favor da posse de Jango.” O movimento ganhou apoio das massas populares e adesões expressivas, como a dos governadores do Paraná e Goiás. Mesmo sob ameaça de repressão, quase 100 mil pessoas se concentraram na frente do Palácio Piratini para enfrentar os ataques das Forças Armadas que, afinal, não se concretizaram. Ainda segundo Mauro F. Sousa, “solidários a Brizola, os militares que operavam o sistema impediram que as ordens dos generais golpistas fossem cumpridas”. Jango demonstrava-se desejar o parlamentarismo, pois, caso contrário, seria golpeado do poder. Ao mesmo tempo, o sistema parlamentarista agradava aos militares e reduzia seus anseios golpistas, na medida em que o poder do presidente era restringido pelo parlamento. No dia 2 de setembro de 1961, o Congresso aprovou a emenda constitucional que criou o parlamentarismo no Brasil. O avião que trazia Jango da China pousou em Brasília sob forte tensão em 5 de setembro. No dia 7, Jango enfim tomou posse e indicou Tancredo Neves como primeiro-ministro.

Conforme RIDENTI, “partindo do ponto de vista de que os anos 1960 foram os mais marcados pela convergência revolucionária entre política, cultura e, sobretudo, a intelectualidade, então, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução, o próprio movimento de 1964 designou-se como revolução”.

A não aceitação à ordem vigente no país e a intensa busca por uma nova ordem manteve um impetuoso e criativo diálogo, o que expressou também as manifestações artísticas. Naquele contexto surgiram esperanças de alternativas libertadoras no terceiro mundo, em certos partidos e grupos de esquerda valorizava-se a ação para mudar a história, nos termos de Marx e Che Guevara. (RIDENTI, Marcelo. Cultura e Política: os anos 1960 e sua herança. pp 45)

Segundo a análise de Marcelo Ridenti no artigo Em Busca do Povo Brasileiro,, recolhido por Jorge Ferreira em Brasil Republicano, a busca era por um modelo de homem que estava no passado, com raízes rurais, no interior, no “coração do Brasil”, supostamente não contaminado pelo capitalismo urbano. Em suma, buscava-se no passado uma cultura popular, autêntica e não alienada, no limite, socialista. Buscava-se uma espécie de desvio à esquerda daquilo que se convencionou chamar de Era Vargas, caracterizado por uma aposta no desenvolvimento nacional, com base na intervenção estatal.

Essa é uma visão romântica e distorcida da realidade, principalmente quando Ridenti alega a busca do homem do passado. O que seria o homem do passado? O escravo, o senhor de engenho? Nesse período histórico, ao contrário do que afirma o historiador, as propostas eram sempre progressistas e visavam novos elementos estruturais tanto na situação quanto na oposição. Lembrar que situação não é sinônimo de direita e nem antônimo de esquerda nunca é demais. A prova concreta disso é a atual situação política do Brasil que é governado por um governo dito de esquerda. Devo reiterar que dentro de uma visão progressista cabem os mais progressistas e os mais conservadores. Sendo assim, acredito na heterogeneidade dos pensamentos, na variação natural dos interesses e ideologias.

Visando fortalecimento do governo de “Jango” para que se alcançasse o Plano de Reformas de Base, Brizola propõe a formação de grupos de resistência, com onze componentes cada, que deveriam se impor contra o golpe que se aproximava. Essa idéia era alicerçada numa resistência tipicamente urbana. Os grupos então começaram a se formar em todo o país. Leonel Brizola era uma liderança forte dentro do nacionalismo de esquerda e a idéia era, a princípio, boa. Segundo o depoente Mauro Fernando, o problema era que junto com nacionalistas estavam os comunistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro), na época sob a liderança de Luiz Carlos Prestes. Houve, então, uma determinação vinda do PCB para que fosse restringida a participação dos filiados ao partido na composição dos grupos dos 11. No grupo do Mauro estava presente meu avô, Major Otacílio Afonso de Souza, que era um oficial do exército de ideologia nacionalista e possuía uma lista grande de ações e “contribuições” para a pátria. Lutara durante a Revolução comandada por Getúlio Vargas em 1930 na Paraíba, combatera os paulistas em 1932, na Revolução Constitucionalista, em 1935, atuara na intentona comunista, em 1938 na intentona integralista, e, em 1944, compondo a FEB, fez parte no primeiro escalão para a Itália. Em 1953 defendeu a campanha “O petróleo é nosso”, pela criação da Petrobrás, em reuniões sucessivas no Clube Militar (RJ) e nos anos de 1963/64 se engajara na luta pela permanência do “herdeiro político de Getúlio” no poder, João Goulart. Ressalva Mauro: “... ele apoiava era o Brizola e o considerava uma liderança nacional, o Jango vinha tomando medidas que atrapalhavam o apoio de qualquer ala das forças armadas e você tinha um processo de conspiração em massa...”. O depoente Mauro Fernando afirma que as reuniões do grupo dos onze aconteciam em sua residência, no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, onde morava a maioria dos componentes, e que uns quatro ou cinco integrantes eram do PCB. Mas já no final de 1963, ou início de 1964, os componentes do PCB pediram desligamento do grupo, alegando que o partido não queria a participação deles nos grupos dos 11 contra o iminente golpe. Com isto os filiados ao Partido Comunista não foram mais convidados a participar dos grupos.

Já em 1965, Mauro, conforme narra, foi preso em sua residência e levado a depor no DOPS, sobre seu envolvimento nos grupos dos onze e conspiração. Recusou-se a delatar os companheiros: “tomei umas porradinhas lá, mas salvei o nome dos caras”. Um desses “caras”, um amigo de bairro, que freqüentava muito o apartamento da família em Laranjeiras, era advogado e fiscal de renda e foi subcomandante do grupo. Mauro havia colocado a salvo a integridade do companheiro, pois esse era um dos requisitos de um bom revolucionário. Mais tarde, já casado e com a tutela deste que aqui escreve, conseguiu uma oportunidade de trabalhar como topógrafo em Natal/ RN. Quando a obra acabou, entrou em um negócio de fabricação de mel, que terminou não dando certo. Ele havia se casado há pouco tempo, tinha

um filho e uma mulher para sustentar Prestara vestibular e passara na UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) no curso de economia. Estava solto pelo governo militar; tudo que precisava era de um emprego. Numa manhã, ao abrir o jornal, leu sobre a nomeação do novo Secretário de Fazenda de Natal, o senhor Otacílio Silveira. Meu pai, diante disso, decidiu ir ao encontro dele para pedir um emprego. Ao ver Mauro, o recém-nomeado Secretário da Fazenda, ficara muito nervoso, mas diante do pedido disse que lhe deixasse o telefone, pois, assim que tivesse algo, entraria em contato. Meu pai aguardou esse contato por semanas, até que resolveu ir até a casa do secretário. Foi atendido por sua mulher, que também se mostrara bastante assustada ao vê-lo, mas pediu para que Mauro esperasse que seu marido iria atendê-lo. O secretário Otacílio Silveira disse que não poderia fazer nada por ele e se despediu dando a entender que não o procurasse mais, quase o escorraçando. Cumpre esclarecer que o secretário em questão era o tal advogado amigo da família, que não foi delatado pela participação nos grupos de 11, quando Mauro Fernando fora depor na Polícia. Se Mauro tivesse “aberto”, esse senhor certamente seria caçado pelo Ato Institucional nº 1 e demitido do Ministério da Fazenda.

Obviamente que com relação aos grupos dos 11 é preciso ressaltar alguns pontos. Primeiro que Luís Carlos Prestes não defendia mais a luta armada, pois os nacionalistas eram getulistas, ideologia que ele nunca defendeu, salvo na campanha queremista em 1945. Em 1930 não esteve ao lado de Getúlio, apesar de grande parte dos tenentes colunistas (membros da Coluna Prestes) terem apoiado a revolução. E depois o fatídico episódio da morte de Olga estar relacionado ao governo Vargas. Tudo isso deve ter influenciado na decisão do PCB em se desarticular da proposta nacionalista revolucionária de resistência contra o golpe.

Segundo Mauro, o PCB temia ficar em segundo plano em relação à liderança que Brizola impunha na ocasião.

Em 1964, a ala nacionalista da política brasileira viu seu projeto ir por água abaixo, pelo menos através das vias democráticas, quando os militares “entreguistas”, ou seja, ligados aos Estados Unidos na bipolaridade da guerra fria, conseguiram depor o então presidente João Goulart.

De acordo com Mauro Fernando, a conjuntura interna propiciava ao golpe. Nas palavras dele, Primeiro, provavelmente, isso foi um erro grosseiro da Frente Parlamentar Nacionalista, que contava principalmente com o movimento estudantil que era forte, atuante e competente, essa máquina sindical aí não era muito confiável sobre muitos aspectos. Você tinha do outro lado o movimento de direita, pelo menos no Rio ele era muito forte, mas principalmente no Rio a liderança que o Lacerda exercia. No restante do Brasil, o Ademar não, era muito mais aliado ao Jango, em Minas o Magalhães Pinto idem, ele não era o direitista golpista, ora ficava em cima do muro. (2004 em palestra na UCSAL- 40 anos do GOLPE)

Um golpe é feito de adesões. No dia 1º de abril de 1964, pelo menos nas primeiras horas, até mais ou menos 14h, o Rio de Janeiro continuava nas mãos de Carlos Lacerda, que ficara entrincheirado no Palácio Guanabara, até que os tanques do exército cercaram o Palácio e a bandeira nacional foi passada ao Lacerda, configurando a vitória sobre Jango. Contudo, a

resistência nacionalista não estava articulada para impor o combate como queria Brizola. A articulação só veio como efeito remediativo quatro anos depois, com a formação da luta armada.

Um episódio, segundo o depoente, serviu como estopim para a articulação interna das forças golpistas: a quebra da hierarquia e disciplina militar presente no caso da anistia dos marinheiros concedida por Jango. Os marinheiros foram condenados pelos superiores e soltos pelo presidente civil. “Após a soltura, saíram em passeada pela Avenida Rio Branco (RJ) em franca demonstração de indisciplina e quebra de hierarquia com suas fardas abertas e jogando os quepes para cima. Em suma, em atitude provocativa”. Nesse contexto, os militares que estavam vacilantes, “em cima do muro”, passaram a apoiar imediatamente o retorno da hierarquia dentro das Forças Armadas. Com relação aos fatores externos, é de fato conhecida a presença da CIA no apoio logístico e articulador do golpe. Na obra de Muniz Bandeira fica bastante evidenciada a participação dos EUA na preparação e no apoio propagandista aos militares brasileiros ligados à burguesia internacional e à entrada do capital norte-americano no país. Os militares que apoiavam os EUA eram chamados de “entreguistas”, pois iriam entregar o Brasil aos americanos, e os que apoiavam o presidente Jango eram nacionalistas, pois defendiam as pretensões de desenvolver o país a partir do capital nacional. Os partidos que se opunham a Jango (João Goulart), como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Popular (PSP), o acusavam de estar planejando um golpe esquerdista e de ser o responsável pelos problemas que o Brasil enfrentava na época. Obviamente que com relação ao posicionamento dos partidos não podemos generalizar, já que as fragmentações internas existiam. É necessário se ter em mente que nenhum partido é homogêneo, apesar de, por exemplo, o PSD ser um partido de governo e a UDN oposição. Em ambos existiam elementos que se desviavam da determinação partidária. Todavia é de se supor um partido político tenha uma linha ou corrente de princípios.

No dia 13 de março de 1964, João Goulart realizou um grande comício na Central do Brasil (Rio de Janeiro), onde defendeu as reformas de base e prometeu mudanças radicais na estrutura agrária e econômica do país. Seis dias depois, em 19 de março, os conservadores organizaram um protesto, que reuniu milhares de pessoas pelas ruas do centro da cidade de São Paulo, contra as intenções de João Goulart. Foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia. No dia 29 de março de 1964, tropas de Minas Gerais, comandadas pelo General Olímpio Mourão, saíram às ruas. Para evitar uma guerra civil, Jango deixou o país, refugiando-se no Uruguai. Os militares finalmente tomaram o poder.

Em 9 de abril foi decretado o Ato Institucional Nº. 1 (AI-1), que cassou mandatos e suspendeu a imunidade parlamentar, a vitaliciedade dos magistrados, a estabilidade dos funcionários públicos e outros direitos constitucionais.

Naquele momento, Mauro pediu asilo político na embaixada do Uruguai e esperou a situação se tranquilizar. Após duas semanas, a varredura militar ainda era intensa, mas, mesmo assim, Mauro voltou às ruas para tentar se articular com o deputado Neiva Moreira. O Major Otacílio se apoiava na associação dos ex-combatentes. As ações de Mauro ficaram restritas. Em 1965, entretanto, foi recolhido ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) por três meses

sob acusação de fazer parte da OB (Organização de Base) do Flamengo e por estar indiciado no IPM (Inquérito Policial Militar) do Grupo dos 11.

É sensato esclarecer que após retornar às ruas, alguns dias após o golpe, Mauro tinha muito que fazer. Procurou o Deputado Neiva Moreira, ao qual fornecia assessoramento, com intuito de descartar alguns documentos que pudessem incriminar ambos. “O Neiva já não podia circular e eu fazia o que podia, estabelecendo contatos diversos”, afirmou Mauro.

As seguir, temos cópia da documentação expedida pelo DOPS – Rio de Janeiro – e fotografia atual do antigo prédio do DOPS, onde o depoente foi preso.

FONTE: ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), Fotografia tirada na visita ao antigo prédio do DOPS no Rio de Janeiro em julho de 2007)

## Capítulo 02 DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À LUTA ARMADA

A junta militar que se instalou no poder em 1964 alegava não ter intenções de continuidade. Os militares afirmavam que fariam a “limpeza” do país rapidamente e devolveriam o poder aos civis. Contudo o que se observou não foi isso, mas sim a perpetuação dos militares no poder até 1985. Por que tal fato ocorreu assim? Qual seria o motivo para os militares permanecerem por 21 anos no poder?

Eleito pelo Congresso Nacional no dia 11 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi o primeiro dos militares a assumir a Presidência do Brasil. Nos 21 anos de ditadura militar, mais quatro generais vestiram a faixa presidencial: Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Durante o seu mandato (estendido até março de 1967) foram baixados três Atos Institucionais, ocorrendo cassações de mandatos federais e estaduais, transferência ao Congresso para escolha do presidente, além de dissolução de partidos políticos. Assim, somente os partidos da Arena (Aliança Renovadora Nacional) – governo – e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição, estavam autorizados a funcionar, instituindo-se o bipartidarismo. “O Castelo Branco não era conhecido como linha dura. Ele esteve ligado ao Golbery”, afirma Mauro Fernando. O historiador baiano Cid Teixeira, afirma que Castelo Branco era um homem de boas intenções, e havia uma cúpula de militares que estava por detrás dele e direcionava os rumos das ações políticas do país. O General Golbery do Couto e Silva era chefe do Serviço Nacional de Informação, criado para investigar os supostos envolvidos em movimentos subversivos, ou seja, contra o sistema vigente. Todavia a ala mais radical e truculenta da ditadura se fez existir no segundo governo militar, na figura de Costa e Silva, 1967-69. Membro da Escola Superior de Guerra, foi responsável pela implantação do AI-5 (Ato Institucional nº. 5). Em seu mandato o setor estudantil foi fonte de inquietação, notadamente no Rio de Janeiro. A situação política agravou-se a partir de agosto, quando, às vésperas do dia da independência, o deputado Márcio Moreira Alves, da tribuna da Câmara dos Deputados, concitou o país a não se solidarizar com as comemorações. O marechal Costa e Silva pediu licença à Câmara para processar o deputado. Negada esta, o governo tomou uma série de medidas restritivas, que culminaram com a outorga, a 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5, que colocou o Congresso em recesso e atribuiu

ao Executivo poderes mais amplos, entre eles, o de governar mediante decretos. Logo nos primeiros meses de seu governo enfrentou uma onda de protestos que se espalharam por todo o país. Os dois primeiros anos do governo Costa e Silva foram de intensa atividade política, pois crescia o movimento de oposição ao regime militar. As manifestações estudantis, que denunciavam a falta de verbas para educação e se opunham ao projeto de privatização do ensino público, ganharam nova dimensão com a morte do estudante secundarista Edson Luís, em conflito com a Polícia Militar no Rio de Janeiro. Acrescenta-se a esses enfrentamentos uma greve estudantil nacional, comícios e manifestações urbanas com a participação de amplos seguimentos sociais, cujo ponto alto foi a Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro. O clima político tornou-se ainda mais tenso, quando em abril, o governo proibiu a Frente Ampla, tornando ilegais suas reuniões, manifestações e publicações. Políticos de diferentes tendências formaram a Frente Ampla, sob a liderança de Carlos Lacerda e com o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. De caráter oposicionista, a Frente Ampla propunha a luta pela redemocratização, anistia, eleições diretas para presidente e uma nova constituinte.

O fenômeno mais importante no palco da esquerda brasileira foi a sua diversificação, um leque que ia do nacionalismo revolucionário (cujo principal porta-voz era Leonel Brizola), passando pelo difuso e moderado PSB – Partido Socialista Brasileiro e cobrindo outras expressões do universo popular (como Miguel Arraes e Francisco Julião, este com suas Ligas Camponesas). (NETO, Paulo José. Em busca da Contemporaneidade Perdida: A esquerda brasileira pós-64. pp32 )

Em julho de 1969, foi descoberto o foco de guerrilha rural na região do Paraná, onde esteve locado Mauro Fernando de Souza, segundo consta nos documentos da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência, nos relatos do próprio Mauro e nas reportagens da época.

Técnicas de Guerrilhas: Entrevista na íntegra com Mauro Fernando de Souza

Nesse ponto, o trabalho consiste em relatar a atividade guerrilheira que, tendo como fonte de inspiração o foco guerrilheiro em Serra Maestria, direcionou as ações a partir das técnicas utilizadas por Ernesto Che Guevara e Fidel Castro. As técnicas de treinamento, posicionamento no campo ou na cidade, todo o sistema logístico será aqui detalhado segundo o relato de Mauro Fernando de Souza. Membro-fundador do primeiro grupo de guerrilheiros a adotar a sigla MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro, ele conta a formação de um foco guerrilheiro na região do Paraná em 1968.

Nos realmente não tínhamos essa visão de guerrilha urbana, nós tínhamos uma visão de luta de força, por exemplo, bom... em primeiro lugar por... em função técnica, né? O campo, ele oferecia melhor possibilidade da luta se desenvolver paulatinamente, campo ofereceria melhores chances de sobrevivência no processo, por quê? Porque você teria uma ampla mobilidade, você nunca estaria presente, é aquilo que a gente chama a propaganda armada, né? Cada ação que você execute que ela tenha sucesso e que, por exemplo, uma pessoa realmente odiada e reprimida pela população, em suma, isso tudo aí vai ganhando ponto político, você vai criando determinadas forças. E nisso tudo aí nós estudamos então qual seria a melhor região para se desenvolver isso, nós considerávamos ali o Paraná como uma região propícia, era uma região de grandes conflitos de terras, era grilagem, era matança de posseiros, em suma, era uma região muito conflitante. E nós desenvolvemos um pessoal para

fazer uns estudos preliminares da área, a área então ela foi realmente aprovada. Então aquela condição ali, ela oferecia as condições ideais para a montagem do foco guerrilheiro.

A luta armada consistia em duas vertentes, não necessariamente antagônicas, o campo e a cidade. As primeiras ações se deram na zona urbana, nela se fundamentavam, as expropriações a bancos, o que gerava capital para posterior ação em área rural. A ação no campo se daria através do processo de treinamento militar e agregação do homem do campo à luta. Tudo isso culminaria com uma ação golpista contra as Forças Armadas no poder do Estado.

Geralmente os jovens guerrilheiros pertenciam à classe média, tinham um posicionamento político contrário ao governo militar e passavam a viver na clandestinidade após abandonar emprego, família e se dedicar totalmente à luta armada. Assim descreveu Mauro uma de suas primeiras expropriações e como ingressou definitivamente na clandestinidade.

Nesse momento, o depoente é interrompido e o entrevistador pede que ele se pronuncie sobre a sigla MR-8. Ele recomeça sua explanação.

Bom... quando foi em sessenta e oito, eu inclusive era bancário tal... e nós começávamos a ter necessidade de recursos para tudo isso tal... nós precisávamos de uma logística artificial e as logísticas naturais de apoio às colunas. O que seria logística artificial e as logísticas naturais? Bom, a logística artificial seria um centro nosso, onde ali a gente poderia permanecer por um tempo e distribuir as ações. A logística natural seria o quê? A adesão de camponeses ali locais, só que para você ter essa adesão precisa ter recursos, não só recursos financeiros numa primeira fase para aproximação, né? Você ia conhecendo “a” conhecendo “b”, né? Era uma região que você tinha muitos marajás, que era o pessoal de Rio Grande do Sul e normalmente era um pessoal muito politizado e grande parte deles, por sorte nossa, eram brizolistas, então começa a ter uma adesão relativamente rápida. Só que a gente tinha... por exemplo é... nós tínhamos ali o... grande possessor, ali o Betinho, a gente não confiava muito no cara, apesar dele elogiar muito o Brizola, mas esse cara, né? Pode não tá... então você tem que ir sempre selecionando, quer dizer, tem que realmente pegar aquelas pessoas mais miseráveis, né? Nisso daí, essa aproximação, por exemplo, você levava né? O cara às vezes não tinha nada pra comer, você levava uns gêneros isso, aquilo, então você ia cruzando assim uma série de... a pessoa ia então se comprometendo, aceitando aquela possibilidade de apoiar uma luta, essa coisa toda.

De fato a figura do Brizola aparece como um elo entre as classes que se juntaram para promover uma resistência armada contra a ditadura, que, a essa altura, já era escancarada e não mais disfarçada. Assim como Marx previra, as classes oprimidas estariam juntas para golpear as classes opressoras no momento da revolução. De certa forma, nessa localidade de pessoas oprimidas, elas eram prováveis aliadas na estratégia.

Os termos “logística artificial e logística natural” foram desenvolvidos por Regis Debray em sua obra Revolução na Revolução. Esse livro, assim como o Diário do Guevara na Bolívia, serviu como uma espécie de cartilha a ser seguida pelo grupo do meu pai, o que eu de fato condeno,

já que era preciso um largo e efetivo processo de adaptação às nossas realidades. O mesmo erro de não adaptação ocorreu na Guerrilha do Araguaia (1970-74), quando os guerrilheiros da selva amazônica tentaram copiar o modelo de luta implantado pela guerrilha comunista durante a guerra do Vietnã.

No filme “Araguaia: conspiração do silêncio” podemos observar claramente a reprodução do modelo de luta importado e da difícil missão dos guerrilheiros paulistas em agregar o homem da mata ao movimento. Aliado a isso, o filme deixa claro como as ações dos militares brasileiros foram estratégicas e eficientes na desestruturação dos focos de guerrilhas no Brasil.

De certa forma, nessa localidade de pessoas oprimidas, elas eram prováveis aliadas na estratégia? Mais uma vez o depoente volta a se externar.

É exatamente isso que chamávamos de logísticas naturais. Porque a logística artificial nós só tínhamos uma, que era um sítio relativamente grande, porque a terra ali era abundante, você só comprava aquelas posses da grilagem... ali tinha uma companhia de terras da grilagem.

A “logística natural” consistia em todo o processo de agregação do camponês ao movimento. A agregação de um cidadão que pertencia à região, ou era nativo dela, ao movimento era considerada uma vitória. O envolvimento e a adesão das pessoas da região se davam a partir da aproximação ideológica; obviamente que esse pensamento deveria ser um pensamento de esquerda.

O treinamento era diário e as armas utilizadas pelos guerrilheiros eram de grande calibre. A maioria desse armamento era comprada no Paraguai, com o dinheiro das expropriações. No filme “O que é isso companheiro” há uma cena que demonstra de forma muito clara o que vem a ser uma expropriação. Esta se difere do assalto na medida em que se coloca para fins políticos. Os bancos eram vistos pelos guerrilheiros como instituições burguesas e, portanto, parte de uma totalidade que precisava ser aniquilada para implantação de uma nova realidade, no limite, socialista.

A gente tinha treinamento de tiro..., porque você veja o Paraguai, aquilo ali é uma maravilha, ali você compra até tanque se quiser. Então, através do Paraguai a gente tinha acesso a diversas armas mais modernas. Por exemplo, o nosso treinamento normalmente era feito com “encheste”. O encheste, você sabe, é aquele automático bala 44, e as pistolas nove milímetros, nós tínhamos em boa quantidade, isso tudo adquirido no Paraguai.

Então, por exemplo, nos chegamos a ter em torno de quase trinta pessoas. Porque nosso objetivo, bom... os comandos estabelecidos eram ir trazendo o pessoal da região. Era o pessoal da região que teria que compor as colunas e ao mesmo tempo permanentemente a substituição, por exemplo, morre um. E a substituição de comando feita pelo pessoal que vinha do Rio, o pessoal que articulava politicamente a coisa. Por que é um treinamento pesado, vocês não pensem que é brincadeira, né? O mato, as condições, os nossos treinamentos, as colunas que iam lá para aquelas reservas lá das cataratas do Iguazu, a mata é gigantesca, é uma mata fechada, é lógico que você vai fazendo adaptações, né?

E foi nesse período aí que o pessoal tava lá e eu fiquei sozinho no sítio, a gente fazia uma substituição, eu fazia a frente de abastecimento do pessoal, né? De dez em dez dias eu ia lá

pra boca do mato com um jipe, levava parte do material, em suma, e foi nessa noite aí que eu tava lá... porque eu não dormia dentro da casa, lá em cima tinha uma ponto trinta, né? Instalada a noite eu deixava o lampião aceso...

A Ponto Trinta é metralhadora de derrubar avião?

É, exatamente, a mais poderosa é a ponto cinqüenta, mas a ponto trinta, ela também arrasa, num sobra nem a alma do cara. Bom então eu normalmente não dormia lá dentro da casa, eu dormia lá em cima, tinha assim um tatumizinho e à noite eu tirava a metralhadora do chão, que era enterrada e me instalava e ali dormia numas redes de nylon. E ali era uma coisa muito fria e eu vivia extremamente molhado e foi nessa noite aí que eu lá pensando... pô nós estamos avançando, é preciso agora acabar com esse negócio de OPM e estabelecermos um nome e, de repente, me surgiu essa idéia, essa homenagem ao Guevara, tal, né? E ficou, eu pensei rapidamente, pô, uma sigla interessante seria MR-8. Bom o pessoal veio e, sempre quando vinham, a gente se reunia porque tínhamos algumas informações para trocar, idéias, essa coisa toda. E o Palmar já tinha sido escolhido como comandante daquele nosso grupo. Nessa reunião, o Palmar veio, pô parece até que era uma troca assim... né? Porque eu sou muito amigo do Palmar, ele ainda tá vivo, tá lá em Vitória. E ele veio né? Nós temos que botar um nome, uma sigla na nossa organização no grupo tal. E eu olha, Palmar, eu também pensei nisso daí né? E eu timidamente, bom eu pensei MR-8. Ele, pô, eu pensei MR-8 também. E foi o Palmar que convenceu os demais, porque, pô, esse nome significava a continuação da obra do Guevara.

Esse nome significa o quê? "Movimento Revolucionário Oito de Outubro".

Em homenagem ao guerrilheiro argentino "Che" Guevara, líder da Revolução Cubana, morto na Bolívia pela CIA(Serviço secreto dos Estados Unidos) em oito de outubro de 1967. O grupo que antes chamara-se OPM(Organização Política Militar) cria e adota a sigla MR-8 em agosto de 1968 em homenagem a "Che".

A Derrota

As técnicas de guerrilha guevarianas não são inspiradas no marxismo e de toda forma deu certo em Cuba, mas foi um verdadeiro desastre na Bolívia. Acredito não ser possível implantar uma guerrilha rural sem um processo paciente de preparação das massas.

Se as realidades, sociais, políticas, geográficas do Brasil fossem iguais a de Cuba, então aqui não seria Brasil e sim Cuba. Gostaria de levantar a hipótese de que a falta de adaptação prática e prévia dessas condições, junto com a repressão, mostraram por que muitos autores costumam classificar esse tema como "suicídio revolucionário". Por "suicídio revolucionário", os principais autores que procuraram negar a experiência comunista, entenderam uma prática revolucionária que não tinha nenhuma chance de conquistar o objetivo, haja vista terem mobilizado apenas uma parcela da classe média ou, ter iniciado a resistência armada numa conjuntura política pouco favorável: refluxo das guerrilhas no continente, como o fracasso do Che Guevara na Bolívia, em oito outubro de 1967 e o fortalecimento do regime com a ampliação de sua base de legitimação via "milagre econômico", e, finalmente, do aumento da

repressão política que provocou a desarticulação da maioria daqueles “aparelhos” e a morte de seus principais mentores, como Carlos Marighela (1969) e Carlos Lamarca (1971).

Dentre os autores que contribuíram para formar um quadro teórico sobre os acontecimentos referentes ao Regime Militar, sobretudo, avaliaram as organizações políticas que imergiram na luta armada, destacamos os trabalhos de Jacob Gorender (1990), Pomar (1980) e Weffort (1984). Optando por imergir na luta armada a exemplos de grupos como: PCdoB, ALN, MR 8, VPR, VAR - Palmares, PCBR, e outros grupos inexpressivos do tipo COLINA (Comando de Libertação Nacional). À exceção da primeira, todas faziam parte da Nova Esquerda (REIS. Daniel Arão. Ditadura Militar Esquerda e Sociedade; 1985. pp33).

O grupo de Mauro Fernando de Sousa deve estar contido em meio às organizações vinculadas ao “Nacionalismo Revolucionário”, dentre elas, o MRN, MR-26, MAR, FLN, RAN e outras, que corresponderam a articulações vinculadas a um pensamento nacionalista de esquerda, mas não tributário ao marxismo. A raiz comum desses grupos foram as mobilizações em prol das reformas de base, as agitações desenvolvidas entre os militares nacionalistas e, principalmente, as articulações vinculadas ao nome de Leonel Brizola nos anos anteriores ao Golpe de 1964.

Já em 1963, antes do golpe que derrubou Goulart, esse ex-governador do Rio Grande do Sul, então deputado federal pela Guanabara, lançou, em novembro daquele ano, através da Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, uma proposta de formação em todos os cantos do país de “Comandos Nacionalistas” (“Grupos de Onze Companheiros”) voltados para uma ação em torno de três eixos: “Defesa das Conquistas Democráticas do Povo Brasileiro, Reformas Imediatas e Libertação Nacional”. Como rastilho de pólvora, a proposta alastrou-se por todo o país. Apesar de poucos estudos voltados para esses grupos de onze, referências a eles aparecem em praticamente todos os IPMs formados nos primeiros tempos do Regime Militar, levando a crer que centenas desses grupos existiram.

O MRN – “Movimento Revolucionário Nacional” – acabou sendo uma articulação política embrionária. Inspirada naquilo que se poderia chamar de pensamento “brizolista”, teve como contingente um conjunto de militares cassados pelo regime. Esta sigla esteve ligada à “Guerrilha do Caparaó”, em Minas Gerais.

O MR- 26 – “Movimento Revolucionário 26 de Março” foi criado em homenagem à coluna de Jefferson Cardim Osório, que tentou implantar um movimento armado na região de Três Passos (RS), em março de 1965, sendo sufocada em poucos dias. O MR-26 chegou a executar algumas expropriações em Porto Alegre, quando se iniciou a Guerrilha Urbana, extinguindo-se com a ocorrência de algumas prisões em 1969.

A FLN – “Frente de Libertação Nacional”, foi fundada pelo Major do Exército, Joaquim Pires Cerveira, que em 1968 auxiliou a fuga de Jefferson Cardim da unidade em que se encontrava detido, em Curitiba. A FLN nasceu em 1969, incorporando alguns remanescentes do MR-26, e existiu durante um ano, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, onde foram executadas algumas operações de guerrilha urbana, em conjunto com a ALN ou com a VPR. Em abril de

1970, com a prisão de Cerveira, o grupo praticamente se extinguiu. Esse militar encontra-se na relação de “desaparecidos políticos”.

O MR- 21 – “Movimento Revolucionário 21 de Abril”, foi o nome do movimento que começava a ser adotado em Uberlândia (MG), por um grupo de militares vinculados ao Jornalista Flávio Tavares, da “Última Hora”, jornal considerado porta voz do “getulismo de esquerda”. Entre julho e agosto de 1967, esse grupo foi localizado pelos órgãos de repressão e desarticulado. Eles tentaram a implantação de uma guerrilha no Triângulo Mineiro.

Esse mesmo jornalista apareceu envolvido, em 1969, na MAR – Movimento de Ação Revolucionária. A MAR representou uma articulação de militares presos na Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, condenados por seus envolvimento nas ações do “Levante dos Marinheiros” de 1964. Em maio de 1969, esse grupo conseguiu executar uma fuga daquela penitenciária, sendo perseguidos por vários dias pela montanhas da região de Angra dos Reis, de onde se evadiram para executar, no Rio de Janeiro, algumas ações armadas, que tiveram fim com a prisão da quase totalidade dos militantes, em agosto do mesmo ano. Os que sobraram migraram para outras organizações de guerrilha urbana.

O RAN – “Resistência Armada Nacional”, num primeiro momento, recebeu a designação de MIM – “Movimento Independência ou Morte” e começou a se formar quando foram soltos os envolvidos na “Guerrilha do Caparaó”, no segundo semestre de 1969. A sua desarticulação se deu no início de 1973. Consta que foi morto o ex-sargento, veterano da Força Expedicionária Brasileira, José Mendes de Sá Roriz.

O MR-8 pode muito bem ser encaixado nessa corrente brizolista. Esse grupo, que teve como lideranças Mauro Fernando de Souza e Aloísio Palmar, foi originário de diversas tendências de esquerda que se estruturou na UFF – Universidade Federal Fluminense, em Niterói, foi inicialmente chamado de OPM, até que em 1968 adotou a sigla MR-8 em homenagem a Che Guevara, morto em 8 outubro de 1967 na Bolívia. Esse grupo se desfez com a prisão de todos os componentes em dezembro de 1969.

Os dados descritos sobre os grupos guerrilheiros nacionalistas, originários do pensamento brizolista, estão contidos nas pesquisas realizadas pela BNM “Brasil: Nunca Mais”. Foram analisados processos referentes aos grupos já citados. Com exceção do MR-8, pois essa é uma pesquisa e, portanto, uma afirmação minha com base nas documentações analisadas e nos depoimentos de Mauro Fernando de Souza e nas reportagens da época.

O Momento da prisão.

O primeiro momento depois da queda do grupo de Silas – codinome de Mauro Fernando, como consta na documentação expedida pela ABIM, foi de fuga. Uma debandada mato a dentro, depois do acidente com o jipe em Cascavel. Já haviam “caído nas mãos da repressão” os companheiros que retornavam de uma expropriação no Rio de Janeiro. Daí, em paralelo à prisão desse grupo, começou um processo de desarticulação do sítio. A ordem era evacuar o Boi Piquá. Nesse encaminhamento, o Jipe estava cheio de armas e livros vermelhos. Palmar, que estava com Silas no Jipe, foi preso, mas Silas conseguiu fugir para o “aparelho”(apartamento alugado pelas organizações que serviam como ponto estratégico das

ações) em Curitiba. De lá retornou para o Rio para articular os próximos passos. Existiam duas propostas: tentar recompor o MR-8 ou se integrar a uma outra organização. Do que sobrou do MR-8, três aparelhos, no de Mauro Fernando havia uns seis elementos. Num desses aparelhos havia um pessoal com uma forte influência no MR-8. A proposta de Mauro era de se integrar à VPR. Em função disso foi estabelecido um contato com a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). O dinheiro do MR-8 foi passado pra VPR e o grupo se estabeleceu em Teresópolis. Houve, porém, um abandono da VPR aos elementos oriundos do MR-8 e percebendo o isolamento, cada um de seus integrantes tomou um rumo. O objetivo de Silas era tentar chegar a Brasília. Comprou uma bicicleta e foi para Posse (RJ). À noite entrou no mato e tentou dormir, mas avistou um depósito de carro. Foi então que tomou a decisão errada. Quando encostou para descansar em um dos carros do ferro velho, foi abordado por dois policiais. A pistola e o dinheiro foram colocados ao lado. Os policiais o prenderam sem que ele pudesse tomar qualquer reação.

Bom... eu tinha uma pistola e um saco de dinheiro, estava há vários dias molhado. Parei em um ferro velho... fiquei ali observando até que resolvi dormir num dos carros. Quando deu meia hora, ouvi umas bordoadas no vidro do carro e dois caras apontando armas para mim, não pude fazer nada, ainda tentei dizer que era um mendigo tal... mas um deles sabia o que se passava no país. Fui condenado por três órgãos distintos e passei seis anos na prisão..( Mauro Fernando em depoimento na UCSAL- 40 anos do Golpe)

Recentemente fui buscar na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro, uma reportagem da revista Cruzeiro, de agosto de 1969, cujo o título é MR-8 - O Código do Terror. A reportagem contém fotos dos companheiros de meu pai, presos, e aponta o nome de Mauro Fernando de Souza como foragido. Ainda na mesma oportunidade, pude visitar o antigo prédio do DOPS, onde meu pai foi preso em 1965. Mais uma vez ressalvo que o MR-8 nasceu em 1968 e morreu em 1969. E que o seqüestro do embaixador norte-americano em 1969 não foi feito pelo MR-8. A essa altura todos os componentes do MR-8 original já haviam sido detectados e presos. Mauro conta que na cadeia, chamaram-no para mostrar a reportagem de um jornal que dizia: MR-8 seqüestra embaixador dos EUA e, em seguida, mostraram-lhe umas fotos para que ele identificasse alguém. Ora, ele não poderia identificar ninguém, pois não conhecia nenhum dos acusados. O MR-8 já estava completamente desarticulado e fora de atuação quando o episódio do seqüestro de Eubrick (Embaixador Norte-Americano) ocorreu. Esse seqüestro teve como um dos mentores o Deputado Fernando Gabeira. Meu pai conta que o Gabeira pertencia à classe média alta do Rio de Janeiro e que os grupos possivelmente não tiveram nenhuma ligação. Acredito na possibilidade de ter havido uma tentativa de despistar e ou co

Seguem fotografias dos componentes do MR-8 detidos no Paraná.

Todos os guerrilheiros poderão ser identificados nas páginas em anexo.

Estendi-me, nesse capítulo, na transcrição ao pé da letra de parte de uma entrevista concedida por Mauro Fernando de Souza a mim e a Flábio, a fim de não perder nenhum detalhe. A entrevista nos foi dada em abril de 2004, ocasião em que Mauro participou como palestrante

de um congresso ocorrido na UCSAL, em memória dos quarenta anos do Golpe de 1964. Em meu entender, é fundamental que as palavras de Mauro sejam transcritas ao pé-da-letra para que o trabalho tenha êxito. Qualquer modificação tiraria a força presente nelas e traria comprometimento a esse estudo..

Fotografia tirada na biblioteca da ABIM – RJ, em um dos encontros com o meu pai para pesquisa de documentos para o trabalho.

Documento expedido pelo CENIMAR contendo fotografia e dados sobre o Mauro.

### Capítulo 03 MEMÓRIAS DO CARCERES

Depois de muito olhar para aquele quadro na parede, um quadro pequeno com uma paisagem simples, uma casinha no campo, feito de palitos de fósforos, perguntei a minha avó quem havia feito e ela então respondeu: “teu pai o fez na cadeia Fernandinho”. Na época devia ter nove para dez anos de idade e não entendi direito o que meu pai poderia ter feito para ir parar na prisão, todavia não quis perguntar mais nada sobre o assunto. Algo me dizia que eu um dia iria descobrir.

A revista Manchete de agosto 1969, além de trazer a reportagem sobre a chegada do homem à lua, ( fato que retrata a bipolaridade da guerra fria e da corrida espacial, evidenciada pela União Soviética, em 1957, com o lançamento do Sputnik, e 1961, com a chegada do primeiro homem ao espaço, mas tem na imagem de um módulo pousando em solo lunar e o astronauta norte-americano, Armstrong, fincando a bandeira dos Estados Unidos nele , a suposta resposta americana), trás também uma matéria, cujo título é: MR-8: as armas da subversão. A revista, que achei vasculhando os arquivos da ABI (Associação brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro, aponta a prisão de um grupo de guerrilheiros na região do Paraná e a desarticulação de um Foco no Sítio Boi Piquá. Nesse local, segundo Mauro Fernando, funcionava uma logística artificial, ou seja, um espaço para guerrilha rural, o que era a prioridade do grupo, como já afirmou o depoente no capítulo anterior. A reportagem traz fotografias e os nomes de todos os envolvidos nas ações paramilitares, inclusive o nome de Mauro aparece na lista dos poucos componentes que estavam foragidos. Meu pai conta que um grupo foi destacado para uma missão de expropriação no Rio de Janeiro e que ele havia ficado no comando do Sítio com o papel de recrutar os camponeses e guardar armamentos. Conforme suas palavras “À noite, eu desenterrava uma ponto trinta e armava na plataforma e ficava em processo de vigilância com a pistola na cintura”. E continua. “Ao receber a notícia de que o pessoal da missão ao Rio havia caído, reunimos os companheiros do Boi Piquá e a solução foi abandonar o sítio”.

Condenado por órgãos diversos, conforme documentação em anexo, Mauro passou seis anos no cárcere, a maioria deles na Ilha Grande no Rio de Janeiro. Na prisão, alguns detalhes valem ser ressaltados, tal como o fato de não poder entrar canetas nas celas, a organização interna do presídio, a comissão representativa dos presos políticos, as proibições em relação aos tóxicos, as conversas políticas, os livros controlados, as greves de fome, os confrontos com os presos comuns.

Em 1974 assume a presidência o general Ernesto Geisel que começa um lento processo de transição rumo à democracia. Seu governo coincide com o fim do “milagre econômico” e com a insatisfação popular em alta escala. A crise internacional do petróleo contribui para uma recessão mundial e o aumento das taxas de juros, além de reduzir muito o crédito, põe a dívida externa brasileira em um patamar crítico. Geisel anuncia a abertura política lenta, gradual e segura. A oposição política começa a ganhar espaço. Nas eleições de 1974, o MDB se destaca na política nacional, conquista 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e ainda cresce nas cidades. A censura à imprensa é suspensa em 1975. A linha dura resiste à liberalização e desencadeia uma onda repressiva contra militantes e simpatizantes do clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog é assassinado em uma cela do DOI-CODI do 2º Exército Em São Paulo. Em janeiro de 1976, o operário Manuel Fiel Filho é morto em circunstâncias semelhantes. Segundo relatos do depoente Mauro Fernando, esses episódios foram provocações da linha dura à ao poder de guerra. “Eles queriam ver como o Geisel reagiria”. Afirma Mauro. O presidente Geisel retirou o cargo de comandante do 2º Exército do General Ednardo, envolvido na morte de Herzog e de Manuel. Convencidos de que Geisel colocaria tudo a perder, mantendo a sua posição pela abertura, a chamada “linha dura”, na medida em que Silvio Frota perde a possibilidade de chegar à presidência em detrimento de Figueiredo – homem de confiança de Geisel – organiza uma operação para derrubá-lo. À frente dos interesses golpistas estava o Ministro da Guerra, Silvio Frota. Contra a linha dura, e pertencente à ala castelista, estava no comando do SNI (Serviço Nacional de Informação) o General João Figueiredo. Ainda segundo Mauro, “O Figueiredo, sabendo que os comandantes militares fariam uma reunião com o Ministro do Exército, Silvio Frota, articula o seqüestro desses comandantes militares, trocando os subordinados que levariam os carros oficiais com os comandantes até o Palácio do Planalto...” João Figueiredo, na época, era chefe do SNI e deteve, antes mesmo de chegar ao Planalto Central, todos os militares de interesses golpistas. Essa medida isolou Silvio Frota, que foi exonerado do cargo de Ministro do Exército. Saiu publicada na revista Veja uma foto de Silvio Frota, com as mãos apoiadas no ombro de sua mulher, ao sair do ministério, deposto pelo presidente Geisel. O SNI servia como um departamento de inteligência do Estado, uma espécie de CIA brasileira. Em 1978, Geisel acabou com o AI-5, restaurou o habeas-corpus e abriu caminho para a volta da democracia no Brasil.

Para a historiadora Nadine Habert, foi em meados de 1973 que a euforia do “milagre brasileiro” acabou, e isso se deu no bojo da crise mundial do capitalismo. Aparentemente, os primeiros sintomas da crise manifestaram-se na chamada “crise do petróleo”. Mas não foi a crise do petróleo nem mesmo a decadência do milagre que fez o regime enfraquecer, pois quando o presidente Médici encerrava o seu mandato o Brasil ainda ia muito bem, obrigado. As intenções de devolver o poder aos civis e terminar com a ditadura partiu de dentro dos quartéis, antes mesmo de o boom econômico entrar em decadência.

Dentro da prisão, Mauro aprendeu por quem os sinos dobram. Conta que ali conheceu um capitão, de nome Nievos, que comandava o DOI-CODI de Volta Redonda. Diz que Nievos era um homem extremamente truculento e, que certa vez, trabalhando na tortura, matara quatro elementos; três eram soldados. Com isso, Nievos foi condenado a oitenta e quatro anos de prisão. Meu pai que ganhou a simpatia de capitão Nievos, que chegou a dizer para ele que realmente havia se dado mal, já que a direita, para quem ele trabalhara, havia lhe condenado

e a esquerda, que ele combatia, queria fuzilá-lo. Com a convivência, Mauro percebeu no capitão Nievos um profundo arrependimento e, acabou saindo da prisão muito amigo dele, coisa que jamais imaginara, já que o capitão era visto como o torturador do DOI-CODI.

Ainda na prisão, Mauro conta como os presos comuns foram chegando e se misturando aos presos políticos. As regras eram mantidas pelos presos mais veteranos; existiam regulamentos, mas chegou um momento em que as coisas começaram a perder os rumos. Nesse momento, os presos políticos tiveram que tomar decisões para não perder o controle da situação. Houve assim a separação dos presos enquadrados na lei de segurança nacional e dos presos políticos. “O assalto a banco passou a ser enquadrado na lei de segurança nacional”, diz Mauro.

O Comando Vermelho, antiga Falange Vermelha, foi um dos resultados da convivência dos presos comuns com os presos políticos. O crime passou a se organizar com a politização dos presos comuns. A proposta de matar os presos comuns acabou quando foi erguido um muro no meio da galeria. Mas os diálogos continuaram e as execuções foram inevitáveis, devido à grande quantidade de presos novos. “Da janela da cela dava pra ver o cemitério, e os corpos eram enterrados em redes; aquilo era de fato uma cena macabra.”

É fato inconteste que o trabalho aqui iniciado precisa continuar, pois faz parte da história recente do Brasil e muitas lacunas precisam ser preenchidas. Mauro Fernando de Sousa foi solto em 1975, todavia não foi anistiado. Em 1980 seu nome constou da lista de 183 pessoas que não foram anistiadas pelo governo militar de João Figueiredo, que se estendeu até 1985. A lista, assim como toda a documentação analisada, encontra-se em anexo.

## CONCLUSÃO

Apesar das pesquisas realizadas durante as últimas décadas, da disposição dos arquivos militares, de fóruns de debates e dos novos volumes lançados sobre este período histórico, o Regime Militar não está sendo tratado como deveria pela sociedade e pelas instituições responsáveis.

A implementação de uma matéria curricular, dirigida ao tema, nos cursos de História deve ser imediata, pois é de fundamental importância que a sociedade possa ter uma visão ampla dos acontecimentos havidos na história recente do nosso país. O papel do historiador deve ser o de contribuir para que essas memórias não se percam ou desapareçam como muitos dos desaparecidos do período.

O fenômeno da detenção arbitrária, ou seqüestro, seguido do desaparecimento da vítima, se propagou rapidamente no Brasil. A condição de desaparecido corresponde ao estágio maior do grau de repressão política. Isso impede a aplicação de dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana, o que constitui um confortável recurso, cada vez mais usado pela repressão.

Um desaparecimento, cuja vítima foi vista por companheiros nas dependências de organismos de segurança, é o de Paulo Stuart Wright, um dos fundadores e dirigentes da AP “Ação Popular”. Esse trágico episódio foi retratado recentemente no filme “Zuzu Angel”. Isso é uma vergonha para o país, e um absurdo incompreensível para os familiares, que ainda não puderam enterrar seus entes queridos. Foram muitos os sofrimentos trazidos pelo período de

repressão e, para alguns, ele ainda não cessou. O pagamento de indenizações não cicatrizará as feridas deixadas pelas marcas da ditadura. Mas tais indenizações amenizam e são direitos que não devem deixar de constar na vida daqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos de pensar e agir cerceados. A tortura sofrida por meu pai e seus inúmeros companheiros não se apagará da minha memória. Eu não descansarei enquanto não vir meu pai devidamente indenizado pelo Estado Nacional Brasileiro.

O momento atual é crítico; a plenitude democrática ainda não foi alcançada. O Estado, em minha opinião, nunca foi tão opressor, pois se mascara de democrático para assaltar o cidadão contribuinte. A juventude assiste, quase que apática, aos constantes escândalos de corrupção divulgados por um sistema midiático sensacionalista. Os estudantes, tão ouvidos e fortes outrora, são constantemente julgados pela mídia e massacrados pela polícia a cada tentativa de reivindicação. A reestruturação do nosso modelo educacional deveria ser tomada como prioridade pelo Estado, todavia parece ser do interesse dos governantes manterem o povo ignorante. A educação gratuita e de qualidade está prevista na constituição brasileira e deveria ser prioridade do Estado. O Regime Militar foi, em grande parte, responsável pela desestruturação do ensino público. Naquela época o Brasil assistiu ao avanço do poder privado na educação, o que ajudou a elitizar o ensino, deixando de fora do acesso à educação uma maioria de desfavorecidos sociais. Em suma, o Estado nacional corrupto é o maior responsável pela miséria e abandono a que a maioria da população brasileira encontra-se submetida.

A disputa não é entre capital e trabalho, mas sim entre capital e Estado. A esquerda brasileira tende a não enxergar o nosso maior problema, o Estado. Os marxistas buscam em sua essência o retorno de uma economia que se mostrou incapaz de concorrer com uma economia de mercado, dando-se o fim da URSS e a abertura da economia chinesa. O imperialismo não é o único culpado pela nossa miséria. Assim o é também, em maior grau de culpa, o ineficiente e corrupto Estado nacional brasileiro, que, a meu ver, não se porta como deveria diante das grandes nações. O maior respeito com o dinheiro público e um maior controle do Estado sobre as negociações econômicas, com certeza, traria à tona um novo país capaz de enfrentar a concorrência estrangeira e dar dignidade a todos.

O Brasil abandonou o projeto getulista para aderir ao projeto fernandista. Primeiro com o Collor, que é considerado por muitos o pai do neoliberalismo no Brasil, e depois pelo seu continuador, FHC. O ideal de Estado mínimo, evidenciado nos governos já citados, é considerado o fim do modelo getulista e o início de um novo modelo de administração pública, pautado no processo de privatização das estatais, para o capital estrangeiro e privado, e uma postura pouco favorável ao desenvolvimento do Brasil rumo a se tornar uma nação respeitada pelas nações chamadas de imperialistas.

Seria esse realmente o modelo ideal?

Talvez fosse, se, por exemplo, o Estado passasse a cumprir com suas obrigações básicas: saúde e educação. Por outro lado, não é preciso vender tudo o que conquistamos para conseguir dar saúde e educação a todos; basta fazer o dinheiro destinado à educação cumprir seu destino, fácil não? Mas o nosso sistema, na prática, está entres os mais corruptos do mundo. Uma administração cuja má fé e uso indevido do dinheiro público começaram nos tempos coloniais e se estenderam durante o Império e por toda a República.

Não saberia informar, até porque isso demandaria uma longa pesquisa, mas tenho uma curiosidade: qual dos governos roubou mais? A Ditadura Militar ou a Nova República (pós-abertura 1985)?

Isso poderia e deve ser pesquisado. O historiador tem um papel crucial na sociedade. Esse deve valer mais do que 100 Guerrilheiros, pois posiciona-se de forma privilegiada no sistema e não precisa concordar com ele para sobreviver. Vive das críticas e das investigações de fatos e do cotidiano, que se tornam importantes a partir do nível de transformações sociais influenciadas por ele.

Ao surgirem novos guerreiros no mundo, ressurgem também a esperança na possibilidade de um mundo menos ganancioso e mais comum.

Che não era socialista; era um homem que pregava o fim da opressão e da miséria. Sonhava com uma América Latina unida e livre. É um grande símbolo de lutas sociais e de resistência. Morreu em outubro de 1967 na Bolívia, mas continua vivo na memória daqueles que acreditam que podemos transformar uma realidade social a partir daquilo que acreditamos.

Mauro não era socialista, apenas acreditava na implantação de reformas estruturais no Brasil, com base nas técnicas de guerrilhas guevarianas, e buscava tomar o poder dos militares e executar um plano de ações pautado nas idéias brizolistas.

Não deram certo. Che e Mauro podem não ter concluídos seus objetivos, mas ambos, pelo menos, tentaram.

Referências:

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Histórias das Sociedades Agrárias. Goiânia: UFGO, 1995.

EM MOTA, Carlos Guilherme. Viagem incompleta. A experiência brasileira. A grande transação. José Paulo Neto. Em busca da contemporaneidade perdida: A esquerda brasileira pós 1964. Ática 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Uma Introdução à História, cap. O Método Científico em História. (Brasiliense S.A – SP -1981).

DÓRIA, Palmério, et al. “A Guerrilha do Araguaia”. In: Revista História Imediata, nº 1, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas; a Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdida à Luta Armada. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990,

JULIÃO, Francisco. O que são as ligas camponesas? – Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 1962.

MORAES, Denis de & VIANA, Francisco. Pestes: lutas e autocríticas. p. 68-9.

PIETROCOLLA, Luci Gati. Anos 60 e 70: A violência e o medo na construção da experiência no exílio e na clandestinidade. Revista brasileira de história. Confrontos e perspectivas. ANPUN. VOL 16NO 31 E 32, 1991.

PILAR, Maria de Araújo Vieira. A Pesquisa em História. São Paulo, Ática, 1985.

POMAR, Wladimir. Araguaia: o partido e a guerrilha. São Paulo. Brasil Debates 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações de Esquerda dos Anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985, 368 p.

ROCHA JUNIOR, Deusdedit Alves. A Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós – Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília, 1995,

RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993./Cultura e Política: os anos 1960 e sua herança.UEP, 1995.

ROLLEMBERG, Denise. “A Idéia de Revolução; da Luta Armada ao Fim do Exílio (1961-1979)”. In: André Ricardo Pereira (org.). Que História é Essa? Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994.

#### Revistas

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1969 – nº33 ano XLI

MANCHETE, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1969, ano 17 – nº 904

VEJA, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1976 nº 386

#### Sites

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Grupos\\_dos\\_Onze](http://pt.wikipedia.org/wiki/Grupos_dos_Onze)

#### Depoimentos:

Mauro Fernando de Souza: abril de 2004 em palestra na UCSAL-40anos do golpe./junho de 2007 e em entrevista no Rio de Janeiro durante alguns dias de junho de 2008.

#### Anexos

FONTE: Revista CRUZEIRO, Rio de Janeiro 14 de agosto de 1969.

FONTE: Revista CRUZEIRO, Rio de Janeiro 14 de agosto de 1969.

FONTE: Revista CRUZEIRO, Rio de Janeiro 14 de agosto de 1969.

FONTE: Revista CRUZEIRO, Rio de Janeiro 14 de agosto de 1969.

FONTE: Revista MANCHETE, 16 de agosto de 1969.

FONTE: Revista MANCHETE, 16 de agosto de 1969.

FONTE: Revista MANCHETE, 16 de agosto de 1969.

FONTE: Revista MANCHETE, 16 de agosto de 1969.

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1970 - nº 31 ano XLII

VEJA, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1976 nº 386

VEJA, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1976 nº 386

FONTE: ABIN (Agencia Brasileira de Inteligência)

FONTE: ABIN (Agencia Brasileira de Inteligência)

FONTE: ABIN (Agencia Brasileira de Inteligência)

FONTE: ABIN (Agencia Brasileira de Inteligência)

FONTE: ABIN (Agencia Brasileira de Inteligência)

FONTE: ABIN (Agencia Brasileira de Inteligência)

FONTE: ABIN (Agencia Brasileira de Inteligência)

História--Colégio União às 13:54

Nenhum comentário:

Postar um comentário

›

Início

Visualizar versão para a web

Quem somos nós

História--Colégio União

Salvador, Bahia, Brazil

[Visualizar meu perfil completo](#)